



Jornalismo Cidadão na Internet: Modelo participativo e suas implicações na comunicação e na sociedade¹

Marcelo Igor de SOUSA²
Magno Luiz MEDEIROS da Silva³
Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO

RESUMO

O jornalismo cidadão, participativo ou colaborativo é aquele em que as audiências atuam na produção e publicação de notícias. A modalidade ganha mais usuários e relevância com o advento da Internet e as novas tecnologias de captura, produção e disseminação de informações, que possibilitaram a cada pessoa fazer a cobertura de um fato noticioso. Esse modelo amplia as fontes de informação para além do que está na mídia tradicional. Este trabalho pretende mostrar as características próprias desse modelo, os fatores que propiciaram o seu desenvolvimento e as contribuições que ele traz para a democracia e a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: *cidadania; democracia; Internet; jornalismo; novas tecnologias.*

Introdução

As novas tecnologias e a facilidade de acesso às ferramentas de produção e publicação de conteúdo tornaram os cidadãos mais capazes de registrar e publicar os acontecimentos de sua vida diária. Essa prática está incluída no contexto do que se chama jornalismo cidadão, que está presente na sociedade, e em alguns casos é o primeiro a noticiar fatos, principalmente nos acontecimentos inesperados. As alterações provocadas por essa prática afetam a compreensão do processo de comunicação e fortalecem a pluralidade de vozes na sociedade, possibilitando a manifestação daqueles que não tinham capacidade de acesso aos meios, caros e com estruturas pesadas de produção e divulgação.

Os modos tradicionais de produção jornalística e seus interesses são questionados constantemente. O modelo consolidado de organização da imprensa priorizou os aspectos comerciais, o que transportou a notícia para o campo dos negócios, espaço baseado no mercado e divorciado da responsabilidade cívica (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003. p. 49). Diante disso, como propõe Gillmor (2005), o

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo, do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Cidadania da UFG-GO, email: marceloigors@gmail.com

³ Doutor em Comunicação e Educação pela USP, professor do Mestrado em Comunicação e Cidadania da UFG-GO e-mail: magno.ufg@gmail.com



cidadão que não gosta das notícias como estão deve levantar-se e tratar de arranjar as suas.

Apesar de poder ser realizado em qualquer meio de comunicação e de ser praticado em outros tempos da história, o jornalismo cidadão só ganhou visibilidade e abrangência com o desenvolvimento e a popularização da Internet assimilada às ferramentas portáteis. Este trabalho se dedicará especificamente ao estudo do jornalismo cidadão na Internet, dos conceitos que formam o modelo participativo de jornalismo e das implicações no campo da comunicação e no fomento da cidadania e da democracia.

Os repórteres-cidadãos, em sua atuação no aumento dos fluxos informacionais, preenchem uma lacuna que a mídia tradicional não consegue contemplar, “por falta de interesse ou de tempo e espaço” (GRZESIUK, 2008, p.10). Algo sempre visível é o fato de que “o mundo está repleto de pontos de vista distintos e os meios de comunicação tradicionais já não bastam para descrevê-lo, compreendê-lo e descobri-lo” (FOSCHINI & TADDEI, 2006).

A compreensão da influência do jornalismo cidadão é fundamental para o entendimento das mudanças que ocorrem e que vão ocorrer no jornalismo. Também é objetivo deste trabalho, o estudo das alterações que o modelo provoca nas relações sociais e no campo comunicacional. Obviamente, a produção de notícias por repórteres cidadãos tem seus riscos que precisam ser analisados, para que diante deles não se negue a validade completa desse modelo. É preciso analisar a credibilidade e noticiabilidade do que é publicado como jornalismo cidadão, sem deixar de considerar que “as vantagens são superiores aos riscos” (GILLMOR, 2005, p. 129).

Jornalismo e Cidadania

Cidadania é o direito assegurado pelo fato de ser humano (POSTER *apud* MORAES, 2005, p. 316), portanto, todo ser humano é merecedor do direito de exercer sua cidadania. Nas sociedades, a garantia desse direito, através da participação ativa, é essencial para a manutenção da democracia. Ser cidadão, portanto é colocar em prática a participação democrática. O jornalismo contribui como sustentáculo para que os cidadãos exerçam de forma melhor seus direitos e participem de fato da sociedade democrática. Afinal, “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que eles necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p. 31)



O fato de revelar as informações para que a sociedade tenha acesso ao contexto que a cerca faz do jornalismo importante pilar na consolidação do viés democrático da vida em sociedade. A grande questão a ser colocada nesse ponto é o fato de que o jornalismo acabou afastando-se de seu compromisso cidadão e aproximou-se mais dos interesses de lucro. A prática do jornalismo a partir da sociedade massiva e o vislumbre de um resgate cidadão na prática da sociedade em rede podem ajudar a entender os processos de questionamento do caráter cidadão do jornalismo. A notícia nos meios tradicionais tem objetivos de maior alcance, mas para que isso seja possível, vários aspectos das diferenças entre os membros da sociedade são deixados de lado. “Na verdade, um jornalismo no qual cada matéria é dirigida a maior público possível deixa de fora grande parte dos leitores” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.41).

As ferramentas de cidadania ofertadas pelos meios de comunicação tradicionais, em muitas vezes, se mostram insuficientes para ajudar os cidadãos a alcançar a cidadania. As possibilidades disponíveis a partir dos meios tradicionais estão longe da responsabilidade cívica; e o consumo acaba esvaziando o debate crítico-racional dos meios de comunicação (GRZESIUK, 2008). E isso acaba contribuindo para a geração de um cidadão incompleto e desligado de sua comunidade. Mas, desde a identificação da massificação no campo dos meios de comunicação, existem também os movimentos que propõem novas formas de democratização do processo. Sejam as rádios comunitárias, na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, ou as propostas de descobertas de jornalismo cívico na década de 1990, colocando relevo no jornalismo de interesse público. Essas foram tentativas de resgatar o caráter cidadão do jornalismo, mas com grandes limitações e uma imensa diferença em relação aos meios tradicionais.

Na atualidade, são despertados novos espaços de decisão coletiva e nova configuração da democracia, tendo como característica básica a transparência. O contraponto que pode ser praticado no exercício da cidadania comunicacional é algo que vem sendo desenvolvido na atualidade, a partir da participação dos cidadãos no campo da comunicação, não como meros receptores apáticos, mas como sujeitos ativos. Além dos eixos evento-jornalista e jornalista-cidadão, segundo Ramonet, surge mais um eixo, evento-cidadão de forma direta. Isso pode ser entendido pelo fato de que as narrativas tomam sua estrutura a partir do progresso de cada época. E o próprio desta época é a interação, a participação e a comunicação em rede, como poderá ser visto mais a diante. “O cidadão-repórter assiste diretamente, participa do evento” (2001, p. 62). O novo consumidor de notícias é leitor, espectador, ouvinte e produtor de texto, imagem e som.



Novos conceitos de produção da notícia advêm da nova sociedade e de seu novo relacionamento com a comunicação. “A interação com o público se torna parte da matéria à medida que esta se desenvolve”. (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, pp.41-42). Isso deve ser entendido não somente no relacionamento jornalista-público, mas também nos relacionamentos público-público. Os nós são participantes ativos do processo, pode ser um produtor, interferir no conteúdo que recebe. Essa participação maior dos públicos no processo de produção da notícia gera um maior compromisso cidadão e uma maior interferência na construção da democracia.

A interação midiática e territorial dá passagem a uma interação atópica, colaborativa e interativa. Para Castells (*in* DI FELICE, 2008), a atualidade é caracterizada por espaços em que se colocam as pessoas em contato numa ágora pública. Com isso, a democracia é reinventada, agora como “ciberdemocracia” (LÉVY *apud* MORAES, 2005, p. 368). Essa “ciberdemocracia” se utiliza dos recursos técnicos e tecnológicos do ciberespaço e reúne diversas formas de organização política mais flexíveis e descentralizadas, a partir de fóruns, dos flash mob’s⁴, protestos virtuais e troca de informações, e baseia-se na partição de responsabilidades entre Estado e cidadãos, como na democracia tradicional (KERCKHOVE *in* DI FELICE, 2008). O indivíduo dessa sociedade é o cibercidadão, que está no centro da sociedade em rede e exerce sua cidadania a partir do espaço virtual. Ocorre até mesmo a ampliação da própria noção de “público”, que nas comunidades virtuais está no debate coletivo de forma mais distribuída (LÉVY, 1999).

Para Grzesiuk (2008), o ciberespaço nasce sugerindo um campo de práticas coletivas que resgatariam a noção iluminista de espaço público burguês, agora, não mais concentrado nos centros emissores, mas novamente fluido. “Ao dar voz a todos, a *web* representa um avanço na democratização da informação e amplia a esfera pública” (GRZESIUK, 2008, p. 7). Os passos para a consolidação dessa nova esfera pública são proporcionais à perda de influência das mídias tradicionais e às mudanças na liberdade de expressão e na diversidade de informações. “(...) quanto maior for o número de leitores, ouvintes e telespectadores, que fazem e descobrem as notícias, mais as suas contribuições serão consideradas essenciais, a todos os níveis, para o processo de conhecimento dos fatos” (GILLMOR, 2005, p. 127).

⁴ Mobilização para uma atividade através de contatos pela Internet, principalmente das redes sociais.



A mediação também toma um novo fluxo, pois a mediação *a priori* é substituída pela mediação *a posteriori*, ou seja, no novo fluxo as informações circulam para depois tentar ultrapassar os “gates”⁵, e não o filtro dos “gates” seleciona aquilo que será informação. Primo & Träsel (2006) apontam para o deslocamento da noção de *gatekeeping* para a de *gatewatching*, ou seja, a informação é disponibilizada, e só depois passa a ser avaliada. O descarte feito nos modelos tradicionais de jornalismo não precisa mais ser praticado. Afinal, “Caíram os portões!” (p. 7).

O ciberespaço é caracterizado pela inclusão bem mais ampla, pela grande disponibilidade de informações e possibilidades diversas de acesso a essas informações e pela sua facilidade de interações nos contextos além-fronteira. No território da sociedade em rede, o próprio espaço público, agora é desterritorializado. O fato de possibilitar o surgimento de comunidades desvinculadas dos territórios físicos amplia as possibilidades do debate e da participação nos diversos espaços.

Potencialmente, a nova esfera pública é democratizante, mas ela corre também o risco de enfraquecer os debates na esfera pública, desfazendo-se da contribuição que foi muito útil por parte dos meios tradicionais para o debate público. Mesmo considerando esse risco, não se pode negar o papel da interatividade na sociedade, como fator de ampliação da esfera pública. E o surgimento da Internet é meio facilitador desses novos processos e de uma nova sociedade, a sociedade em rede. Esses temas serão debatidos no próximo capítulo.

O potencial cidadão da Internet

Entendendo que a inovação tecnológica é que nasce da mudança social, e não o contrário (ABRUZZESE *in* DI FELICE, 2008, p. 64), pode-se afirmar que a tecnologia da sociedade atual traz consigo o espírito de uma época. Portanto, o modo como se estrutura a sociedade em rede facilita o surgimento de práticas cidadãs de trocas de informação. Manuel Castells definiu essa sociedade: “Do mesmo modo que a difusão da imprensa no ocidente deu lugar ao que McLuhan denominou ‘Galáxia de Gutenberg’, entramos agora num novo mundo da comunicação: a Galáxia da Internet (2004, p.16). A Internet constitui, na atualidade, a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a sociedade da era da informação, a sociedade em rede”⁶.

⁵ A partir da teoria do “Gatekeeper”, “gates” são os portões que as informações têm de ultrapassar para se tornarem notícias e serem publicadas pela mídia.

⁶ Mais sobre as características da Internet em “A Galáxia da Internet”, de Manuel Castells (2004).



Para Lévy, a Internet é um espaço de comunicação inclusivo, transparente e universal (LÉVY *apud* MORAES, 2005). A cada dia, o potencial de envio e recepção aumenta, assim como o volume de compartilhamento de informações. Dênis de Moraes afirma acreditar nesse potencial: “Sem ignorar os obstáculos que se interpõem, penso que a Internet tende a firmar-se como um dos meios de comunicação vitais para a construção da cidadania mundial” (MORAES, 2001, p. 145). Para Gillmor (2005), a Internet é o mais importante meio de difusão desde a invenção da imprensa (p. 222).

Um aspecto a se ressaltar é o avanço dos grandes meios para a Internet, nos quais a sua força pode também ser vista. E o controle sobre os fluxos de emissão pode prejudicar a difusão da Internet. É um risco que se corre de os monopólios estabelecerem controle também desta mídia, apesar de isso ser muito mais difícil pela própria estrutura que ela tem. “A Internet é um meio de grande diversidade. Porém, se não tivermos meios de a descobrir, ou se houver barreiras artificiais a tapar os conteúdos, a diversidade não tem significado algum” (GILLMOR, 2005, p. 221)

Um importante desenvolvimento que possibilitou as trocas entre os usuários foi da lógica *peer-to-peer* (p2p), entendida inicialmente como compartilhamento de informações entre os computadores, o termo passou também a designar “múltiplos processos e práticas sociais relacionadas com a livre possibilidade de construção de novos meios de expressão da cultura” (MALINI, 2008, p. 1). As novas ferramentas facilitaram a interação entre os usuários da rede, que passaram a publicar, divulgar e compartilhar suas próprias construções. A lógica p2p é novidade da Internet e a nova sociedade vê a mudança das perspectivas de massiva para individualizada, em um processo descentralizado e a partir de trocas recíprocas.

As trocas entre iguais aumentam a cada dia, com a colaboração dos usuários na produção de conteúdos. Muitos sites são criados, autorregulados, editados, moderados e comentados pelos próprios usuários. O internauta cada vez mais produz e compartilha conteúdos e “gera uma ‘nova audiência’ em ‘novos meios de comunicação’” (MALINI, 2008, p. 1). A sua base técnica é composta de ferramentas de publicação (blogs⁷, microblogs⁸, flogs⁹, vlogs¹⁰, wikis¹¹ e portais colaborativos); fóruns

⁷ Abreviação de weblog, página pessoal ou de um grupo, com fácil atualização, para a publicação de textos e vídeos (FOSCHINI & TADDEI, 2006)

⁸ Ferramenta de publicação para textos de poucos caracteres, como o Twitter,

⁹ Abreviatura de Fotoblogs; blog apenas de fotos (idem)

¹⁰ Abreviatura de Videoblogs; blog para disponibilização e visualização de vídeos (idem)

¹¹ Sites em que a atualização é compartilhada, com a postagem, alteração e acréscimo de conteúdo (idem)



e redes sociais. A consequência da crescente popularização dessas ferramentas foi o surgimento de novos e múltiplos produtores de informação.

Enfim, tudo isso possibilita incluir indivíduos anteriormente anônimos, com o surgimento de novos agentes enunciativos, não-dependentes das grandes empresas e dos grandes monopólios (GRZESIUK, 2008). Mesmo que a supremacia dos meios tradicionais persista, porém não há como negar que inquietações sociais e resistências à lógica dominante se propagam pela Internet (MORAES, 2001, p. 139). O ciberespaço, de *per se*, não muda em nada na existência de relações de poder e de desigualdade, “mas favorece uma evolução ‘liberal’ na economia da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 232).

Diferentemente das revoluções comunicativas anteriores, que dependiam das classes com relativo poder aquisitivo para poder ser centros difusores, a revolução comunicativa multiplica os centros difusores, por se tratar de um meio relativamente barato, e rompe com os limites entre local e global, já não bem definidos como anteriormente. Por exemplo, uma emissora de rádio alternativa consegue transmitir, pela rede mundial, de forma barata e fácil, sem a preocupação com as licenças e concessões. E esse alcance pode ser local e ao mesmo tempo global.

O que pode ser visto por meio da Internet é que ela dá suporte a novas redes de interação geradoras de cidadania. Movimentos se organizam a partir da estrutura da rede mundial e um grupo de contestação, por exemplo, baseado na Internet “não pode ser desarticulado ou capturado” (CASTELLS, 2004, p. 172). A sociedade em rede é base material para o surgimento de verdadeiros movimentos de contrainformação e transparência.

O fluxo de informações a partir dos meios totalizadores acaba gerando uma cegueira, pois pretende passar a ideia de que toda a informação necessária será provida por um veículo. “A informação é dissimulada ou truncada porque há informação em abundância para consumir e sequer se chega a perceber aquela que falta” (RAMONET, 2001, p. 48). A organização em rede propicia o surgimento dos mais diversos pontos de vista.

No ciberespaço, as coletividades, muitas delas excluídas dos meios de comunicação de massa, organizam-se para realização de manifestações, o que contribui para surgimento de novas mobilizações, sem a dependência da visibilidade nos meios tradicionais. “Em locais onde não é permitida a divulgação de relatos sobre violações de direitos humanos, a Internet tem sido valiosa para as organizações internacionais e



locais” (MORAES, 2001, p. 139). Mark Poster chama o cidadão da internet de “netizen”¹², que se utiliza dos novos meios para agir na vida em sociedade. A cidadania pela Internet encontra suas facilidades e limitações. Suas características próprias, incluindo sua arquitetura de rede descentralizada, favorecem trocas de informações entre os indivíduos.

Comunicação “de todos para todos”

O esquema multidirecional da Internet gera inúmeras fontes das quais se inicia o processo comunicativo. “A comunicação em rede apresenta-se como um conjunto de teias e as redes nas quais é impossível reconstruir uma única fonte de emissão, um único sentido, uma única direção” (DI FELICE, 2008, p. 45). A própria estrutura hipertextual da comunicação na sociedade em rede favorece uma leitura menos pretensiosa de alcance da verdade.

A lógica não-sequencial do hipertexto cibernético gera uma exploração interpretativa e não uma dedução de verdades. Outra característica é que as novas mídias também fogem das limitações de espaço e de tempo e das grades rígidas dos meios tradicionais. Primo e Träsel (2006) apontam para uma concretização da transformação de meios de distribuição para verdadeiramente meios de comunicação. Massimo Di Felice (2008) fala em uma passagem das tecnologias comunicativas de massa para as digitais de colaboração das mídias pessoais, ressaltando que não significa uma superação dos meios tradicionais, mas a convivência dos dois em um novo cenário.

A nova estrutura comunicacional baseada nos suportes digitais gera alterações na estrutura textual, agora não-linear, e na participação dos públicos. Essa participação altera a possibilidade de comunicação. Os dispositivos comunicacionais tradicionais podem ser divididos em dois modelos: “de um para todos” (rádio, televisão, etc.) e “de um para um” (telefone, correio). A comunicação no ciberespaço se dá através de uma comunicação “de todos para todos”, inaugurando um novo modelo, para o qual são construídas novas formas de relações no processo comunicacional, sem definição de centro nem de linha diretriz. Essas alterações podem transformar profundamente as relações em sociedade, pois, pela primeira vez a população tem acesso a um meio de comunicação não-hierárquico, de estrutura horizontal e rizomática. “No ciberespaço, cada um é potencialmente emissor e receptor” (MORAES, 2001, p. 70).

¹² Junção das palavras *net* e *citizen* (rede e cidadão)



O ciberespaço favorece também as trocas pessoais recíprocas, através de trocas entre os nós, num processo *pull* e *push*, enquanto os meios tradicionais praticam uma comunicação unidirecional, num processo *push*, no qual os receptores estão isolados uns dos outros (LÉVY, 1999;). Ignacio Ramonet aponta para uma crise do poder da imprensa, já que a comunicação está passando para um poder “horizontal, reticular e consensual”, diferente dos superpoderes dos *media* em outros tempos (2001, p.39). Esse processo favorece o surgimento de novos produtos a partir dos novos emissores e de formas descentralizada, como jornais *on line*, portais colaborativos e redes de colaboração.

E Internet, como meio de comunicação, interfere na organização social, modificando as relações entre as pessoas, pois “não é simplesmente uma tecnologia, é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades. É o coração de um novo paradigma sociotécnico. Sociedade em rede é a sociedade em que vivemos” (CASTELLS *apud* MORAES, 2005, p. 287). Novos espaços de debate político são criados ou conquistados. O potencial democrático da comunicação na rede é comparado por Lévy (*apud* MORAES, 2005) a “novas ágoras *online*”, que possibilitam que novas formas de informação e de ações políticas venham à tona.

Da mesma forma que nos demais contextos sociais, a cidadania através da Internet deve ser conquistada, mesmo que se identifique seu processo de comunicação potencialmente mais democrático que em outros cenários da sociedade. O acesso a ferramentas de produção e divulgação que antes estavam reservadas exclusivamente aos grandes meios dá nova configuração à arena social. “Através da concretização desse tipo de manifestação, ocorre uma alteração fundamental no processo de constituição e ampliação dos direitos de cidadania.” (PERUZZO, 2003, p. 7).

Movimentos sociais e grupos não contemplados pelos meios tradicionais têm conseguido um espaço alternativo, expressão, intercâmbio e rebeldia (MORAES, 2003). A nova forma de comunicação desestabiliza essa relação e abre novas possibilidades, bem mais democratizantes, para essas questões. Em sua estrutura, o ciberespaço é desterritorializante, o que já contrasta com o Estado, territorializante. A perda desse controle sobre esse espaço provoca alterações profundas nas questões internas e aumenta o fluxo de informações. Isso pode ser visto na contrainformação, principalmente em situações enfrentadas em regimes totalitários, onde a mídia pertence aos governos ou está subjugada a eles.



Jornalismo cidadão na Internet

O jornalismo, como fenômeno midiático, mantém relação com os canais tecnológicos. As alterações provocadas pela crescente acessibilidade à Internet e às tecnologias condicionam o processo participativo por parte do público e mudam também o jornalismo, com uma maior interferência dos públicos no resultados dos conteúdos noticiosos. Primo e Träsel (2006, p. 2) elencam os elementos que condicionaram o surgimento desse novo modelo a partir da Internet: maior acessibilidade à Internet e o surgimento de ferramentas simplificadas para interação e publicação na rede; popularização e portabilidade de câmeras e celulares; filosofia *hacker*¹³ como espírito da época; insatisfação com os veículos tradicionais; e a herança deixada pela imprensa alternativa.

Outros aspectos do contexto da Internet podem ser citados, como a interatividade, que permeia todos os campos da sociedade em rede. Além disso, estão cada vez mais próximas a oferta e a demanda. O leitor¹⁴ determina qual dos inúmeros caminhos quer tomar para percorrer as informações disponíveis. Não é que não haja interatividade nos meios tradicionais, mas ela nunca atingiu níveis como os proporcionados pela Internet e as demais inovações tecnológicas.

Tudo isso gera o contexto em que se realiza o jornalismo cidadão na Internet, um novo modelo de jornalismo participativo, descentralizado e apoiado nas novas tecnologias. Esse novo modelo é mais gerador de cidadania por estar embasado na comunicação horizontal já falada e na possibilidade de trocas informacionais no sistema de comunicação “de todos para todos”. Depoimentos, fotografias e vídeo feitos por cidadãos ganharam a rede e chegaram até mesmo a pautar os veículos tradicionais. Suportes não-habituais, como blogs e sites pessoais, assumiram um novo papel no campo da comunicação. E isso acabou gerando a postura alerta do cidadão, potencialmente produtor e difusor de informações. Em novos acontecimentos, acidentais ou não, essa nova postura foi assumida por muitos cidadãos, que passaram a enxergar um novo posicionamento diante do fato noticioso.

O ano 2000 marca a primeira iniciativa específica e concreta para esse modelo de jornalismo, o site sul-coreano *Ohmynews*¹⁵, baseado na produção noticiosa de cidadãos, com uma equipe de jornalistas que editam o material e o elenca na página

¹³ Ideia do “faça-você-mesmo”, com o envolvimento pessoal como moeda base de troca. (PRIMO & TRÄSEL, 2006)

¹⁴ Entendido aqui como leitor de textos, imagens fixas e em movimento, etc.

¹⁵ <http://english.ohmynews.com/>



do site. O projeto surge com o propósito de trazer “problemas ausentes dos outros jornais” (PRIMO e TRÄSEL, 2006, p. 5). Pouco depois e com uma proposta diferenciada, mas tendo a colaboração como princípio, o Wikinotícias¹⁶ nasce ancorado na Wikipédia¹⁷, com a mesma proposta da enciclopédia, mas para o mundo das notícias.

No Brasil, apenas em 2005 surge o primeiro site dedicado exclusivamente ao jornalismo colaborativo, o *Overmundo*¹⁸. O site é um canal específico da produção cultural. Em novembro de 2006, surge o *BrasilWiki*¹⁹, dedicado às mais diversas pautas. Uma equipe de jornalistas edita o material enviado pelos colaboradores de todo país. Posteriormente surgem as seções colaborativas nos grandes portais e jornais do país, como *Vc Repórter*²⁰, do Portal Terra, *Eu Repórter*²¹, do jornal O Globo e *Minha Notícia*²², do Portal IG.

O jornalismo cidadão é definido pela participação das audiências (ou usuários – produtores) na construção ativa de conteúdos informacionais e noticiosos, seja no estágio de colaboração ou no trabalho de recolher, selecionar, analisar e difundir informação. Incluindo aí também a construção coletiva. Apesar de poder ser realizado a partir de qualquer meio de comunicação, com as produções de vídeo amador, por exemplo. Mas foi com as possibilidades da Internet que o modelo cidadão ganhou a expressão que tem e que aumenta a cada dia. Para Peruzzo (2003), o jornalismo cidadão é um novo jornalismo, independente dos meios tradicionais e sem ter a intenção de competir com eles, pois produz uma informação diversa.

O novo modelo surge como que para cobrir as brechas deixadas pelo modelo tradicional. A “ex-audiência” (Gillmor, 2005) está “armada” para dar a sua própria versão. Gillmor (2005) confirma as potencialidades do jornalismo cidadão: “Estou feliz pela forma como o ‘antigo público’, como eu lhe chamo, pegou novas ferramentas e transformou um caudal sem fim de idéias em inesperadas, e em muitos casos soberbas, formas de jornalismo” (p. 228). A participação cidadã pode ser de diversas maneiras: através de comentários nas notícias, de auxílio em alguma parte do processo de produção, da participação em fóruns das sugestões de pautas, do envio de fotos e vídeos e da manutenção de blogs noticiosos. Podem ser citadas ainda as

¹⁶ http://pt.wikinews.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

¹⁷ http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal

¹⁸ <http://www.overmundo.com.br/>

¹⁹ <http://www.brasilwiki.com.br/>

²⁰ <http://noticias.terra.com.br/vcreporter>

²¹ <http://oglobo.globo.com/participe/>

²² <http://minhanoticia.ig.com.br/>



iniciativas eventuais, como as postagens de vídeos e blogs. Segue um esboço de modalidades explícitas e dedicadas a conteúdos colaborativos.

O conteúdo colaborativo pode ser dividido em: *a) publicação livre* (sem moderação): Podem ser incluídos nessa categoria os sites que são mantidos por colaboradores que publicam conteúdo sem qualquer moderação. Geralmente, a publicação é instantânea e não há um ordenamento das informações, que seguem apenas as datas de postagens; *b) Publicação com moderação feita por profissionais*: É realizado com moderação por profissionais, identificados aqui como editores de conteúdo ou arquitetos da informação; *c) Publicação com moderação compartilhada*: Está, em muitos casos, junto ao sistema das comunidades virtuais. O trabalho de moderação e/ou edição de conteúdo é feito por participantes do site. É um sistema de autogerenciamento; *d) Produção compartilhada* (wiki): O processo de contínua modificação para o aperfeiçoamento de conteúdos é o ideal desta modalidade. No sistema wiki, a edição das páginas é feita por qualquer internauta. A publicação de um conteúdo não significa sua finalização; *e) Canais colaborativos*: Os sites de webjornalismo de referência e os grandes veículos passam a tentar colocar essa questão a seu favor e passam a aproveitar a grande vontade de participação dos públicos em suas produções e na ocupação do material do cidadão em seus sites.

Desafios e críticas

O jornalismo cidadão enfrenta diversos desafios, entre eles o próprio reconhecimento como tal, seja pelo argumento da falta de acesso à técnica pelos cidadãos ou pela postura diferenciada entre o jornalista e o repórter cidadão. O fato de um jornalista ter acesso às fontes primárias faz dele privilegiado na busca da notícia. Mas até mesmo esse acesso privilegiado vem sendo questionado, cada vez mais internautas têm acesso a fontes primárias, como em muitos casos de informações divulgadas por ferramentas de comunicação instantânea, em que são deixados de lados os intermediários. A desqualificação do conteúdo também é uma crítica. Para além do mito da passividade dos públicos em relação aos conteúdos, milhares de usuários buscam entre si as informações de que precisam e descobrem que cada vez elas podem ser mais diversificadas e respondem às suas demandas específicas, e não se tratam de informações desqualificadas, mas que selecionadas e úteis às diversas demandas.

O acesso à informação é universalizado e a perda primazia já é um fato que os meios de comunicação tradicionais têm de aprender a conviver. Os tempos atuais



devem ser mais de entendimento e convivência que de negação de um novo modelo que vem sendo constituído. Em decorrência dessa participação maior, em vez de uma desqualificação, o jornalismo cidadão pode trazer para o jornalismo a diversidade dos pontos de vista. FOSCHINI & TADDEI (2006) afirmam que o mundo está tomado de pontos de vista distintos e os meios tradicionais “já não bastam para descrevê-lo, compreendê-lo e descobri-lo” (p. 11). Claro que há o risco de ser prematuro e receber uma informação ainda não totalmente apurada. Mas o jornalismo cidadão deve criar soluções para esse problema sem que isso prejudique seu desenvolvimento.

Os públicos, muitas vezes, não se satisfazem com os temas agendados pelos meios de comunicação, mas não podiam fazer praticamente nada para mudar essa realidade. Agora, os meios de comunicação é que devem estar atentos àquilo que deixam passar, pois o que não publicam não mais deixará de ser notícia, mesmo que não passem por eles, mas encontrará outro meio para ser divulgado. Ou seja, os usuários não dependem exclusivamente dos filtros dos *media* tradicionais, mas são os usuários que podem questionar a agenda das empresas tradicionais de comunicação.

A conquista da credibilidade na rede é um desafio que pode ser interpretado em outra perspectiva, das interações na sociedade em rede, que, num processo democrático e construído continuamente, reavalia os níveis de confiança dos indivíduos conectados em cada um dos nós da megarede. Os usuários criam seus próprios filtros para hierarquizar a confiança dos conteúdos disponíveis. Ou seja, a credibilidade é fruto da sondagem nas relações. E a evolução das ferramentas pode melhorar os critérios para identificação de reputações e de boa-fé dos produtores de informação.

Apesar de confirmar que há conservadorismo no modelo tradicional, Gillmor (2005) afirma que a manutenção do jornalismo de modelo empresarial é necessária para a sociedade, principalmente pelos projetos de investigação, dispendiosos e trabalhosos. Para ele, a existência do jornalismo cidadão “não significa que deixe de haver analistas profissionais, que terão sempre de existir – há necessidade de que existam – para recolherem factos, para fazerem perguntas com uma certa disciplina e para se dirigirem a um público mais vasto” (GILLMOR, 2005, p. 119). Do ponto de vista profissional, Gillmor (2005) ressalta o surgimento de um público exigente e capaz de ação muito maior que a já pensada em outros tempos. A participação se reflete em receptores-emissores mais qualificados e capazes de exigir os seus direitos.

Para Gillmor (2005), a mudança será a passagem do jornalismo dentro do processo de meio de comunicação de massas para comunicação de caráter mais



democrático, a passagem de um jornalismo assemelhado a palestras ou discursos, em que um fala e os outros escutam, para o jornalismo como diálogo, em que são somados os saberes de quem fala ao de seus interlocutores. Como afirmam Foschini & Taddei (2006, p. 12): “O Jornalismo cidadão já entrou para nosso cotidiano, mesmo que a gente não saiba que ele leva esse nome”.

Conclusão

Este trabalho constatou o fato de que se tem um “caminho sem volta” e que o modelo colaborativo provoca uma revolução no jornalismo. A colaboração dos públicos muda cada vez mais a comunicação e, pelo que pôde ser explicitado, aumenta a participação cidadã e a consciência social dos públicos. O que pode ser visto com diversos fluxos em diversos nós de comunicação é o surgimento de infinitos pontos de vista e perspectivas.

Mesmo com problemas, não se pode negar que o jornalismo cidadão favorece o exercício da cidadania e a participação ativa na vida em sociedade. O modelo cidadão de jornalismo tem uma grande validade por dar voz a grupos e indivíduos que se encontravam fora do debate na esfera pública; trazer à tona pontos de vista diferentes e agendar a sociedade para assuntos que eram ignorados ou propositalmente desprezados.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet – Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

DI FELICE, Massimo (Org.). *Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

FOSCHINI, Ana Carmen & TADDEI, Roberto Romano. *Jornalismo Cidadão – Você faz a notícia*. Coleção Conquiste a Rede. Overmundo. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/conquiste-a-rede-jornalismo-cidadao-voce-faz-a-noticia>. <Acesso em: 14 de mar. 2009>

GILLMOR, Dan. *Nós, os media*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

GRZESIUK, Mariana Dourado. *O jornalismo cidadão na internet*. Faculdade Assis Gurgacz, 2008. Disponível em: <http://www.fag.edu.br/adverbio/artigos/artigo09%20-%20adv06.pdf>. <Acesso em: 29 de jun. 2009>



KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALINI, Fábio. *Crítica à web 2.0: Controle e autonomia do comum na internet*. Anais do II Simpósio da ABCiber, PUCSP, São Paulo. Disponível em <http://www.cencib.org/simpósioabciber/PDFs/CC/Fabio%20Malini.pdf>. <Acesso em: 15 de set. 2009>

MORAES, Denis de. *O Concreto e o Virtual: mídia, cultura e tecnológica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____(Org). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultural e poder*. Editora Record, 2005.

PERUZZO, Cicília M Krohling. *Webjornalismo: do Hipertexto e da Interatividade ao Cidadão Jornalista*. I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos. Universidade Fernando Pessoa, 2003. Disponível em <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=3>. <Acesso em 8 de set 2009 >

PRIMO, Alex & TRÄSEL, Marcelo Ruschel. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. In: VII Congresso Latino-americano de Pesquisadores da Comunicação, 2006, São Leopoldo. Anais, 2006.

RAMONET, Ignacio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRÄSEL, Marcelo. *Jornalismo participativo online: intervenção do público no Wikinews e no Kuro5shin*. Brazilian Journalism Research (versão em português). Volume 1 – Number 1 – 2º Semestre, 2008.